

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

n. 19, n. 2

SANTO AMARO, ONDE A DIFICULDADE VIRA ROTINA E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES: uma análise à luz da Psicologia Ambiental

Betania Lemos MACIEL¹

Isabela LIMA²

Juliana ANDRADE³

Márcia AMARAL⁴

Roberta Christini Sousa LIRA⁵

Maria de Fátima Batista COSTA⁶

Resumo

A partir da precariedade vivida no bairro de Santo Amaro, Recife e sob a perspectiva da Psicologia Ambiental, exploramos como a precariedade urbana afeta diferentemente os indivíduos. Transeuntes desenvolvem dessensibilização à miséria observada, moradores em condições intermediárias vivem tensões entre privilégio relativo e vulnerabilidade próxima, enquanto os mais pobres experimentam desamparo aprendido e incorporação da precariedade à identidade. A presença de dois cemitérios históricos intensifica a melancolia ambiental. Reforçamos a necessidade de intervenções integradas que abordem tanto a infraestrutura física quanto os impactos psicossociais e simbólicos da precariedade, valorizando a resiliência psicossocial das comunidades vulneráveis.

Palavras chave: Psicologia Ambiental; Precariedade urbana; Desamparo aprendido; Vulnerabilidade socioambiental; Subjetividade territorial.

¹ Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – SP. Professora da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA. E-mail: betaniamaciel@gmail.com

² Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA.

³ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA.

⁴ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA.

⁵ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA.

⁶ Doutora em Filosofia. Orientadora da pesquisa vinculada à disciplina Subjetividade e Ambiente no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA E-mail: arcenicopessoa@gmail.com

No bairro de Santo Amaro, um bairro antigo do Recife, a vida é bem difícil para muita gente. Não é só a falta de esgoto que corre na rua, as casas meio caindo ou a violência que acontece. É algo mais fundo: a dificuldade virou parte do lugar, sim, mas virou parte das pessoas também. Pense em morar todo dia com esgoto correndo na rua, lixo amontoado, risco eminente de contrair doenças contagiosas pela falta de saneamento básico, e sempre sentindo medo. Como apontam Günther, Pinheiro e Lobo (2004), o ambiente físico exerce influência direta sobre o comportamento humano e o bem-estar psicológico, estabelecendo uma relação bidirecional, através da qual as condições ambientais moldam as experiências subjetivas dos indivíduos.

Assim, o Conselho Federal de Psicologia (2022) reconhece que a degradação ambiental urbana constitui um fator de risco psicossocial que demanda atenção específica dos profissionais de psicologia, uma vez que compromete diretamente a saúde mental das populações expostas a essas condições. Pode-se considerar que a exposição prolongada a ambientes urbanos degradados desencadeia processos de normalização da adversidade, onde os moradores desenvolvem mecanismos adaptativos que, embora funcionais para a sobrevivência imediata, podem comprometer o desenvolvimento de expectativas positivas sobre o futuro e a capacidade de mobilização comunitária.

Segundo Pinheiro, (1997, p. 2), “a análise e encaminhamento de soluções para estes problemas, são, de fato, problemas humano-ambientais”. Este autor revela ainda uma perspectiva fundamental que transcende as abordagens tradicionais dos problemas urbanos. Ao afirmar que os problemas ambientais são, essencialmente, “problemas humano-ambientais”, propõe uma mudança paradigmática na forma como compreendemos e enfrentamos questões como as vivenciadas no bairro de Santo Amaro. Esta formulação é particularmente relevante porque desmistifica a falsa dicotomia entre “ambiente” e “pessoa”. No contexto sobre o bairro de Santo Amaro, não podemos separar o esgoto que corre nas ruas da ansiedade que corrói os moradores, nem a degradação física das casas do processo psicológico de normalização da adversidade.

Existe aqui a compreensão sistêmica que reconhece a interdependência entre condições ambientais e experiências humanas. O engajamento também é

significativo, pois sugere que diante de contextos de injustiça ambiental, não se pode ficar neutro. Isso implica a responsabilidade ética e técnica de compreender como ambientes degradados afetam a subjetividade e que a contribuição para soluções que considerem tanto a transformação do espaço físico quanto o cuidado com os processos psicológicos das comunidades afetadas, seja uma pauta de cuidado dos órgãos responsáveis.

Santo Amaro é um lugar com muitas faces e muitas realidades convivendo lado a lado. Tem gente que vive essa precariedade extrema, mas tem também áreas onde moram pessoas de classe média trabalhadora, e muita gente que só passa por lá para trabalhar ou estudar. Esta diversidade de experiências em um mesmo território ilustra o que a Psicologia Ambiental denomina de microambientes diferenciados, onde as percepções e significados atribuídos ao espaço variam conforme a posição social e o tipo de vínculo estabelecido com o lugar (Günther; Pinheiro; Lobo, 2004). O CFP (2022) destaca que essas diferenças na experiência ambiental refletem desigualdades socioambientais que requerem abordagens psicológicas sensíveis às especificidades de cada grupo populacional, considerando os impactos diferenciados da vulnerabilidade ambiental sobre a subjetividade.

E tal dificuldade é vista e sentida de jeitos diferentes, dependendo de quem você é, e de onde você transita no bairro. O sofrimento urbano não é democrático. Ele se molda ao lugar que ocupamos na geografia do poder. Ignorar essas nuances é perpetuar a lógica da territorialidade – em palco de injustiças naturalizadas.

Para quem atravessa o bairro de carro, indo para o trabalho ou para faculdade, essas experiências são sentidas de formas diferentes, o sentimento da precariedade pode virar parte da paisagem, algo triste que se vê, mas que, de tanto estar ali, acaba não tocando tanto esse indivíduo. Vira "normal" de longe, uma imagem triste do dia a dia, como se fosse apenas o cenário de uma outra vida, não pertencente a sua realidade. Um exemplo concreto seria o estudante universitário que utiliza o transporte público para chegar à faculdade: durante o trajeto, observa as condições precárias das habitações, nota o odor do esgoto a céu aberto e presencia a movimentação relacionada ao tráfico de drogas, mas essa experiência permanece externa à sua realidade. O impacto psicológico se resume a um desconforto momentâneo, rapidamente superado quando retorna ao seu ambiente

de origem. Esta experiência pode gerar, com o tempo, uma dessensibilização que transforma a miséria alheia em mero componente da paisagem urbana.

Segundo Günther, Pinheiro e Lobo (2004), esta dessensibilização representa um mecanismo de adaptação psicológica ao estresse ambiental, onde a exposição repetida a estímulos negativos resulta em diminuição da responsividade emocional como forma de preservação do equilíbrio psíquico. O CFP (2022) observa que essa naturalização da pobreza e da degradação ambiental constitui um fenômeno que merece atenção clínica, pois pode levar ao desenvolvimento de posturas indiferentes diante do sofrimento alheio e comprometer a solidariedade social necessária para o enfrentamento coletivo dos problemas ambientais urbanos.

Mesmo para quem mora neste bairro, mas numa condição um pouco melhor, numa área menos castigada, sente que a vida ali tem seus pesos. Eles não vivem o esgoto na porta todo dia, mas convivem com a violência, a falta de segurança, a falta de serviços básicos de qualidade, que afetam o bairro inteiro. Para eles, a precariedade dos vizinhos mais pobres, também pode virar algo que se vê, que incomoda, mas que, de tanto estar ali, também se torna “parte do lugar”. Um problema do bairro que, embora real, não destrói a esperança ou a capacidade dessas pessoas lutarem por algo melhor, com a mesma vontade, e não apenas por terem uma melhor condição de vida.

Moro em Santo Amaro há mais de dez anos, numa rua que até tem saneamento, minha casa é direitinha. A gente luta muito pra manter tudo em ordem. Mas é impossível ignorar o que acontece a poucos metros daqui. Quando chove forte, a rua de baixo alaga e a gente fica ilhado. Já presenciei assalto na esquina e evito sair à noite. Existe uma tensão constante. Por um lado, agradeço por não viver na situação de outros vizinhos, mas por outro, sinto uma ansiedade, uma culpa, e a sensação de que essa vulnerabilidade está batendo na minha porta. A gente vive num equilíbrio frágil, tentando proteger nosso pequeno espaço e mantendo a esperança de que o bairro um dia melhore como um todo, não só em pedaços. (E.G.V. (68 anos, sexo masculino, o entrevistado/morador não quis se identificar).

Este relato reflete a experiência do morador em “condição intermediária”, que vive a tensão entre o “privilegio relativo e a vulnerabilidade próxima”. A subjetividade é marcada por sentimentos conflitantes como gratidão, ansiedade e uma esperança cautelosa, exemplificando o conceito de territorialidade defendida, onde se criam estratégias para manter o controle sobre o microespaço em um contexto adverso.

Eu moro em Santo Amaro há uns cinco anos, comprei um apartamento num condomínio aqui perto. A localização é o grande atrativo, trabalho no centro, então levo menos de 15 minutos de carro. Para mim, no dia a dia, essa é a grande vantagem. Eu saio da minha garagem, pego as vias principais e chego rápido ao trabalho. Na volta, a mesma coisa. O carro funciona como uma cápsula, eu ligo o ar condicionado, coloco minha música e sigo meu trajeto. Claro que eu vejo os problemas. Não sou cego. Passo pelas ruas com esgoto a céu aberto, vejo o lixo, a fiação exposta. Mas a minha interação com isso é visual e distante. O cheiro às vezes entra, a imagem choca, mas eu não tenho que desviar da vala a pé ou esperar um ônibus numa parada sem segurança. É uma realidade que eu observo pelo para-brisa. O que acontece é um sentimento estranho. Ao mesmo tempo que me sinto parte do bairro – afinal, meu endereço é aqui –, eu também me sinto um completo estranho para a realidade da maioria dos meus vizinhos. Existe um desconforto em saber que a minha experiência de 'morar em Santo Amaro' é radicalmente diferente da de alguém que vive a duas ou três ruas de distância. Eu vivo a conveniência e a localização; eles vivem a precariedade e o abandono. É como viver em microambientes totalmente diferentes dentro do mesmo CEP. Eu não vivo a dificuldade que virou rotina para tantos, mas convivo com ela e essa proximidade distante gera uma inquietação constante. (Fernando Gonçalves, 34 anos, sexo masculino, desenvolvedor de sistemas).

Esta experiência de um morador que, embora geograficamente inserido no bairro, está psicologicamente e fisicamente distanciado da precariedade mais severa devido ao privilégio do transporte pessoal e de uma moradia em melhores condições. Ele vivencia os microambientes diferenciados mencionados no texto de forma clara. O carro cria uma barreira que o protege do estresse ambiental direto, mas não o isola do dilema ético e do desconforto de testemunhar a desigualdade. Sua experiência não é de dessensibilização completa, mas de uma convivência tensa, onde a praticidade de sua escolha de moradia é constantemente confrontada pela dura realidade que o cerca, mas não o atinge diretamente.

Considere-se a situação de uma família que reside em uma casa própria com saneamento básico, mas localizada em uma rua onde metade das residências não possui esgotamento adequado. Essas pessoas desenvolvem estratégias de convivência com a precariedade: evitam determinados horários para circular em certas áreas, estabelecem relações cordiais mas distantes com vizinhos em situação mais vulnerável, e mantêm esperança de eventual melhoria das condições gerais do bairro. Sua subjetividade é marcada por uma tensão constante entre a gratidão por sua condição relativamente privilegiada e a ansiedade gerada pela proximidade com

a vulnerabilidade extrema.

Esta dinâmica exemplifica o conceito de territorialidade defendida, onde indivíduos estabelecem estratégias comportamentais para manter controle sobre seus microespaços mesmo em contextos ambientais adversos (Günther; Pinheiro; Lobo, 2004). O CFP (2022) reconhece que essa condição intermediária pode gerar conflitos internos significativos, manifestando-se através de sentimentos de culpa, ansiedade social e dilemas éticos relacionados à responsabilidade individual versus coletiva na transformação das condições socioambientais.

Mas o peso maior, a "normalização" mais profunda dessa dificuldade, acontece com quem vive essa precariedade na pele, todo santo dia. Para quem cresceu nesse cenário, essa "normalidade" é mais cruel. Não é que não vejam o problema. É que parece que não tem jeito, que a luta é grande demais. O pedido por melhorias vira um suspiro de cansaço, e aceitação. Para aqueles que vivenciam diretamente a precariedade mais severa, os exemplos se multiplicam em dimensões dramáticas. Uma mãe de família que precisa acordar às quatro da manhã para buscar água em um chafariz público, devido à intermitência do abastecimento em sua residência, desenvolve uma rotina que consome energia física e psíquica significativas antes mesmo de iniciar suas demais atividades diárias. Essa experiência cotidiana de escassez gera um estado de alerta constante e uma perspectiva de planejamento restrita ao imediato, impossibilitando a construção de projetos de médio e longo prazo.

Como observam Günther, Pinheiro e Lobo (2004), a exposição crônica ao estresse ambiental pode resultar em estados de desamparo aprendido, onde os indivíduos desenvolvem a percepção de que suas ações não podem modificar as condições adversas do ambiente, levando à passividade e à resignação. O CFP (2022) enfatiza que essa condição de desamparo aprendido constitui um quadro clínico que demanda intervenção psicológica especializada, pois compromete gravemente a autoestima, a capacidade de agência e a saúde mental dos indivíduos, podendo evoluir para quadros depressivos e ansiosos que perpetuam o ciclo de vulnerabilidade socioambiental.

Essa "aceitação", essa dificuldade virando costume, vai mudando o jeito das pessoas pensarem. Viver sempre na falta faz a pessoa acreditar que é assim

mesmo, que não dá para mudar. É como se a vontade de sonhar com algo melhor ou de ir atrás sumisse, porque a vida é só lutar para sobreviver todo dia. Similarmente, uma criança que cresce em um ambiente onde o esgoto corre próximo à sua porta desenvolve uma normalização precoce dessas condições, o que pode afetar sua capacidade de imaginar e aspirar a condições de vida diferentes. O odor constante, a presença de vetores de doenças e a necessidade de navegar cuidadosamente pelos espaços públicos se tornam habilidades de sobrevivência que consomem recursos cognitivos e emocionais que poderiam ser direcionados para atividades de desenvolvimento pessoal e educacional.

A Psicologia Ambiental reconhece que ambientes degradados durante o período de desenvolvimento infantil podem comprometer a formação de esquemas cognitivos positivos sobre o ambiente, limitando as expectativas futuras e a capacidade de visualizar alternativas ambientais mais adequadas (Günther; Pinheiro; Lobo, 2004). O CFP (2022) alerta para os impactos específicos da degradação ambiental sobre o desenvolvimento infantil, destacando que crianças expostas cronicamente a ambientes inadequados podem apresentar comprometimentos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social, necessitando de intervenções psicológicas preventivas e reparadoras que considerem os fatores ambientais como determinantes da saúde mental infantil.

E viver num lugar assim, sempre cheio de problemas e bagunça, com o caos do ambiente ao redor, afeta demais o nosso lado de dentro, a nossa mente. Essa dificuldade contínua não só impede de agir, mas mexe muito com a pessoa por dentro. É que o ambiente, com toda essa precariedade, tem um peso enorme no jeito de ser, nos sentimentos, na subjetividade das pessoas. Viver num lugar sempre com problemas, com desordem, com essa sensação de abandono, vai minando a esperança, diminuindo a autoconfiança. Sentir que o próprio lugar, sua moradia, o lugar de seu trabalho é caótico e fora de controle, desperta o sentimento que também não se tem controle sobre a própria vida. E essa sensação pesa muito: cansa, adoce a alma, faz acreditar que não tem mesmo o que fazer. Günther, Pinheiro e Lobo (2004) denominam este fenômeno de sobrecarga ambiental, caracterizada pela exposição excessiva a estímulos estressores que excedem a capacidade adaptativa dos indivíduos, resultando em fadiga psicológica, diminuição da autoestima e comprometimento do senso de autoeficácia. A sobrecarga ambiental

como um determinante social da saúde mental que requer abordagem interdisciplinar, envolvendo não apenas intervenções psicológicas individuais, mas também ações coletivas de transformação ambiental que promovam ambientes mais saudáveis e promotores de bem-estar psicológico (CFP, 2022).

No contexto do bairro de Santo Amaro, isso significa que o esgoto nas ruas, as casas deterioradas e a violência não são apenas “condições externas” que afetam os moradores, mas são componentes integrais da própria experiência comportamental e psicológica dos residentes. A “dificuldade que virou parte das pessoas” na perspectiva de Barker(1968), “O ambiente não é simplesmente um cenário no qual o comportamento ocorre, mas sim uma parte integral do próprio episódio comportamental.” pois demonstra como ambiente e comportamento formam uma unidade indissociável.

A precariedade não é só uma coisa de fora. Ela entra na cabeça e no coração das pessoas, mas com intensidades e efeitos diferentes dependendo da sua realidade ali. É um bloqueio, um silêncio que impede de pedir por uma vida mais digna, especialmente para os que a vivem no seu grau mais duro. Esta internalização da precariedade ambiental ilustra o processo que a Psicologia Ambiental identifica como incorporação do ambiente ao *self*, onde as características físicas e sociais do entorno se integram à identidade pessoal, influenciando a autoestima e as aspirações individuais (Günther; Pinheiro; Lobo, 2004). O CFP (2022) destaca que essa incorporação da precariedade à identidade constitui um dos aspectos mais complexos da relação pessoa-ambiente, pois pode levar ao desenvolvimento de autoconceitos negativos e à perpetuação de padrões de vida inadequados, demandando intervenções psicológicas que promovam a ressignificação da relação com o ambiente e o fortalecimento da autoestima.

O depoimento a seguir humaniza a análise, oferecendo uma prova viva e sensível de como elementos simbólicos, como cemitérios, podem funcionar como estressores ambientais, influenciando o bem-estar, as interações sociais e as escolhas cotidianas, validando de forma concreta a tese central sobre as múltiplas e profundas dimensões da dificuldade no bairro de Santo Amaro:

Trabalhei durante um ano e seis meses no bairro de Santo Amaro, próximo ao cemitério de Santo Amaro, e não poderia deixar de perceber um sentimento de tristeza, sempre que me deslocava

próximo ao cemitério, não era apenas um sentimento particular, mas também um sentimento das pessoas com as quais me relacionava profissionalmente. Nas proximidades do cemitério, tem lugares para almoçar, para comprar flores, porém a escolha da equipe na qual eu trabalhava estava sempre optando por outros lugares, que não fizesse referência ao luto. No bairro estão localizados dois importantes cemitérios do Recife: o Cemitério de Santo Amaro e o Cemitério dos Ingleses. O Cemitério de Santo Amaro foi o primeiro a ser construído na cidade e onde está sepultado o General Abreu e Lima, mártir da Revolução de 1817, conferindo ao local não apenas significado fúnebre, mas também histórico e patrimonial. O Cemitério dos Ingleses, por sua vez, representa um marco da presença britânica no Recife, abrigando os restos mortais de membros da comunidade inglesa que viveu na cidade nos séculos passados. (Depoimento da discente Roberta Christini Sousa Lira).

A presença desses dois cemitérios históricos no bairro adiciona uma camada simbólica complexa à experiência territorial. A proximidade constante com símbolos de mortalidade e luto intensifica o peso psicológico do ambiente, criando uma atmosfera melancólica que se soma às dificuldades socioeconômicas já existentes. Profissionais que trabalham nas proximidades relatam estratégias inconscientes de evitação, como a escolha sistemática de estabelecimentos comerciais distantes dos cemitérios para suas refeições. Esta dinâmica ilustra como elementos simbólicos do ambiente urbano influenciam comportamentos e decisões aparentemente racionais, criando geografias emocionais que moldam a experiência cotidiana do território.

A presença dos dois cemitérios gera uma espécie de “dupla carga simbólica” relacionada à morte, que permeia o imaginário coletivo sobre o bairro e pode contribuir para sentimentos de melancolia, pessimismo e desalento entre moradores e frequentadores. “A degradação física do espaço urbano não apenas reflete desigualdades sociais, mas produz novas formas de sofrimento psíquico, transformando territórios em geografias do medo que minam a identidade coletiva” (Côrtes, 2008, p. 72)

A degradação, como sintetiza Côrtes (2008), é um processo cíclico: as desigualdades produzem degradação espacial, que por sua vez gera sofrimento psíquico, que então retroalimenta a fragilização comunitária. Romper esse ciclo demanda reconhecer que o espaço não é palco, mas agente ativo na produção de subjetividades. Só assim se construirá, como propõem uma Psicologia Ambiental comprometida com a justiça espacial e o direito à cidade.

Segundo esta perspectiva, os significados simbólicos atribuídos aos lugares

exercem influência direta sobre os estados emocionais e comportamentos dos usuários, criando mapas cognitivos carregados de valências afetivas que orientam as escolhas espaciais (Günther; Pinheiro; Lobo, 2004). O CFP (2022) reconhece que elementos simbólicos do ambiente, especialmente aqueles relacionados à morte e ao luto, podem funcionar como estressores ambientais específicos que afetam o bem-estar psicológico de trabalhadores e moradores, necessitando de estratégias de manejo psicológico que considerem esses aspectos simbólicos na organização dos espaços urbanos.

A transformação como alerta Soja (2010), não é acidental: é produto de falhas sistêmicas que convertem espaços públicos em “geografias de exclusão”. Isso exige intervenções que combatam não só a degradação física, mas a injustiça espacial que desumaniza seus habitantes

A configuração espacial criada pela presença desses dois cemitérios históricos também influencia a dinâmica urbana do bairro. Comerciantes locais relatam que a proximidade com os cemitérios afeta o tipo de estabelecimentos que se instalam na região, predominando floriculturas, casas funerárias e pequenos comércios que atendem às necessidades dos visitantes dos cemitérios. Esta especialização comercial relacionada ao luto cria uma economia local específica, mas também reforça o caráter melancólico do ambiente urbano. Moradores mais antigos observam que muitas pessoas evitam circular nas proximidades dos cemitérios durante determinados horários, especialmente ao anoitecer, não apenas por questões de segurança, mas também por desconforto psicológico. Santo Amaro também é sede de espaços e instituições históricas que contrastam com a presença dos cemitérios, criando uma tensão simbólica entre vida e morte, passado e presente, que marca profundamente a identidade territorial do bairro.

Outra observação é a falta de segurança constante, por ser um bairro de pouca movimentação de pedestres e uma alta movimentação de veículos. A característica do bairro como área de alta circulação veicular e baixa movimentação de pedestres cria um ambiente hostil para a permanência e apropriação do espaço público. Moradores relatam a sensação de insegurança não apenas relacionada à criminalidade, mas também ao risco de acidentes de trânsito e à exposição à poluição sonora e atmosférica. Esta configuração urbana reforça o isolamento social

e limita as possibilidades de construção de redes de apoio comunitário, elementos essenciais para o enfrentamento coletivo das adversidades.

A baixa movimentação de pedestres pode estar relacionada não apenas às questões de segurança pública, mas também ao desconforto psicológico gerado pela proximidade com os cemitérios, criando um ciclo em que a menor presença humana nas ruas contribui para aumentar a sensação de insegurança e abandono. A falta de apropriação dos espaços públicos compromete o que Günther, Pinheiro e Lobo (2004) denominam de senso de comunidade, elemento fundamental para o bem-estar psicológico e a capacidade de mobilização coletiva diante de problemas ambientais. O CFP (2022) enfatiza que a fragmentação do tecido social urbano constitui um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, pois priva os indivíduos do suporte social necessário para o enfrentamento de situações estressantes, destacando a importância da criação de espaços comunitários seguros e acolhedores como estratégia de promoção da saúde mental coletiva.

Apesar das condições adversas, observam-se estratégias de resistência e adaptação que merecem reconhecimento. Grupos de moradores organizam mutirões para limpeza de áreas públicas, estabelecem redes informais de cuidado com crianças e idosos, e criam espaços de socialização que funcionam como refúgios temporários das dificuldades cotidianas. Algumas iniciativas comunitárias procuram ressignificar a presença dos cemitérios, organizando visitas educativas que destacam o valor histórico dos monumentos funerários e das personalidades ali sepultadas, transformando elementos de tristeza em fontes de conhecimento e orgulho local.

Essas iniciativas demonstram que, mesmo em contextos de precariedade extrema, a capacidade de agência humana encontra formas de manifestação, ainda que limitadas pelas condições estruturais. Tais estratégias exemplificam o que a Psicologia Ambiental reconhece como *coping* ambiental, conjunto de respostas comportamentais e cognitivas desenvolvidas pelos indivíduos para lidar com as demandas e pressões do ambiente físico e social (Günther; Pinheiro; Lobo, 2004). O CFP (2022) valoriza essas iniciativas comunitárias como manifestações de resiliência psicossocial que devem ser fortalecidas através de políticas públicas e intervenções psicológicas que potencializem a capacidade de organização

comunitária e de transformação ambiental participativa.

A compreensão dessas múltiplas dimensões da experiência da precariedade urbana sugere a necessidade de abordagens diferenciadas nas intervenções públicas. Políticas que considerem apenas os aspectos materiais da precariedade, sem atentar para seus impactos psicossociais e simbólicos, tendem a produzir resultados limitados e temporários. A transformação efetiva de territórios como Santo Amaro requer estratégias integradas que contemplem tanto a melhoria da infraestrutura física quanto o fortalecimento das capacidades subjetivas e coletivas de seus habitantes para imaginar e construir futuros alternativos. No caso específico deste bairro, é fundamental considerar como a presença dos cemitérios históricos pode ser transformada de elemento de melancolia em patrimônio cultural que contribua para a identidade positiva do território.

Como defendem Günther, Pinheiro e Lobo (2004), intervenções ambientais eficazes devem considerar a interdependência entre pessoa e ambiente, promovendo não apenas mudanças nas condições físicas, mas também no empoderamento psicológico dos usuários e na sua capacidade de participação ativa na transformação de seus territórios. Essa lógica explica por que iniciativas como os mutirões de limpeza, são importantes, tentam ressignificar não-lugares em lugares de resistência, reconstruindo laços sociais rompidos. Contudo, como lembra Soja (2010), tais ações só terão efeito duradouro se articuladas a políticas que combatam a injustiça espacial estrutural. O CFP (2022) recomenda que psicólogos atuem de forma articulada com outros profissionais e movimentos sociais na promoção de ambientes urbanos mais saudáveis, desenvolvendo práticas psicológicas que considerem os determinantes ambientais da saúde mental e que contribuam para a construção de políticas públicas mais efetivas e humanizadas.

A noção de “geografias do medo” materializa-se ainda na fragmentação do espaço público. A baixa circulação de pedestres e a predominância de veículos, principalmente no turno da noite, criam zonas de isolamento, onde o medo da violência e o desconforto psicológico suprimem interações comunitárias. Essa dinâmica corrói o senso de comunidade (Günther, Pinheiro e Lobo, 2004), essencial para a resiliência psicossocial. Quando as praças e ruas deixam de ser lugares de convívio para se tornarem territórios de evitação, perde-se a trama de solidariedade

que permitiria o enfrentamento coletivo das adversidades.

A configuração urbana hostil descrita materializa os “não-lugares” de Augé (1994), onde o medo suprime a sociabilidade e, conseqüentemente, a capacidade de resiliência coletiva. Já nos “não-lugares do medo”, o espaço físico perdido torna-se um “vazio de solidariedade”, fragilizando redes comunitárias.

Esta análise evidencia que a precariedade urbana não constitui simplesmente uma condição material, mas um fenômeno complexo que se incorpora às subjetividades individuais e coletivas, criando ciclos de reprodução que transcendem as dimensões puramente econômicas e requerem abordagens multidimensionais para sua superação. Por um lado, a Psicologia Ambiental oferece ferramentas conceituais fundamentais para compreender essas dinâmicas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que reconheçam a dimensão psicológica da experiência ambiental e promovam tanto a melhoria das condições físicas quanto o fortalecimento da resiliência psicossocial das comunidades em situação de vulnerabilidade. Por outro, a reafirmação do compromisso ético da psicologia com a promoção de ambientes saudáveis e justos, reconhece que a transformação das condições socioambientais constitui elemento fundamental para a garantia do direito à saúde mental e ao bem-estar psicológico de toda a população (CFP, 2022).

Em suma, a análise das diferentes vivências revela a complexidade da precariedade urbana, onde a normalização da adversidade, a dessensibilização gradual e o desamparo aprendido, embora sejam mecanismos de adaptação, perpetuam ciclos de vulnerabilidade. Portanto, a superação desses desafios exige intervenções multidimensionais que, além de sanarem as carências físicas e estruturais, fortaleçam a agência, a resiliência psicossocial e o senso de comunidade, promovendo, assim, a justiça espacial e o direito à cidade para todos.

Referências

AUGÉ, Marc. Não-Lugares: **introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.

BARKER, R. G. Ecological psychology: **concepts and methods for studying the environment of human behavior**. Stanford: Stanford University Press, 1968.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Catálogo de práticas em Psicologia Ambiental**. Brasília: CFP, 2022.

CÔRTEZ, Antonio da Silva. Psicologia Ambiental: **A busca de um espaço sustentável**. Brasília: Editora UnB, 2008.

GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q.; LOBO, Raquel Souza. **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas: Alínea, 2004.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: **a busca de um ambiente melhor**. São Paulo: Estudos de Psicologia, 1997.

SOJA, Edward W. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.